

Sumário

Prefácio das edições italianas	XXI
Prefácio do Ministro Eros Grau	XXXI
Breves palavras sobre a constitucionalização do Direito Civil na perspectiva de Pietro Perlingieri	XXXVII
Principais abreviações.....	XLI
Revistas.....	XLV
Comentários e Tratados	LIII

Primeira parte — Direito e política, método e escolas

Capítulo primeiro Direito, juízes e política

1. Inquietudes do civilista contemporâneo.....	3
2. Ciência jurídica e cultura jurídica.....	5
3. Filósofos e civilistas em confronto: a filosofia <i>no</i> direito.....	6
4. Finalidade prática da ciência jurídica e educação do jurista.....	11
5. Interpretações unilaterais da juridicidade: o particularismo como força degenerativa do pluralismo.....	13
6. Crise do Estado Social do Direito.....	14
7. Centralidade da «questão judiciária».....	17
8. Imparcialidade e eficiência da magistratura: exigência de uma recuperação ética das funções.....	20
9. Estado de Direito e política da justiça.....	23
10. Saída da emergência e justiça civil.....	26
11. Função hermenêutica e judiciária como meio para sair da emergência.....	28
12. A justiça civil na legalidade constitucional e comunitária.....	33
13. Saída da emergência como operação sociocultural.....	35

14. A justiça derrotada.....	37
15. Arbitragem e Constituição.....	39
16. O primado da política.....	44

Capítulo segundo

O Estudo do direito e a formação do jurista

17. Itinerário da pesquisa científica e sua relevância na formação do jurista.	53
18. Pluralismo metodológico nos estudos romanistas e funcionalidade dos conteúdos e dos métodos pedagógicos.	58
19. O estudo do direito romano entre «nudismo jurídico» e dogmática. ..	60
20. Exigência de um retorno ao estudo das fontes com método interdisciplinar.	62
21. Busca do fundamento histórico da juridicidade: interpretação histórica e interpretação aplicativa.	64
22. Exigência de um retorno à problemática, à <i>quaestio</i> , à <i>ratio decidendi</i>	66
23. A pandectística: o antigo e o moderno na mesma arquitetura sistemática.	68
24. A formação do jurista na sociedade tecnológica.	69
25. O conhecimento jurídico entre pluralismo das fontes e dos gêneros literários.	71
26. A introdução às ciências jurídicas no novo sistema inspirado na promoção da pessoa.	73
27. Problematização nos conteúdos e nos textos de ensino e pluralidade de técnicas e instrumentos didáticos.	77
28. A superação da tendência ao conceitualismo e do comportamento de destaque elitista da própria comunidade intelectual.	81
29. Os estudos universitários: responsabilidade do docente e unidade de didática e pesquisa.	83

Capítulo terceiro

Os métodos e as escolas: a relação direito-praxe

30. Escolas civilistas na experiência contemporânea	88
31. Reações ao «sistema» tradicional.	89
32. Formalismo jurídico.....	92
33. Primado da «lei».....	94
34. Dogmatismo.....	95
35. Dogmatismo sociológico.	98
36. Método casuístico e realismo jurídico.	102
37. Sociologismo e «uso alternativo do direito».....	103
38. Análise econômica do direito.....	105

39. Primado da praxe: «princípio da efetividade» e praxe «emancipadora».	109
40. Princípio da legalidade como primado do direito.	113
41. Juízo de valor sobre a praxe.	115
42. Jurisprudência dos interesses e dos valores.	117
43. A caminho da «despatrimonialização» do Direito Civil.	121
44. Reflexão sobre o método.	123
45. Insídias do niilismo jurídico: razões do mercado e razões do direito ...	126

Capítulo quarto

Dogmas tradicionais e historicidade dos conceitos

46. Necessidade de revisão dos dogmas tradicionais: comparação e Direito Civil.	137
47. Relatividade, historicidade e unidade do ordenamento jurídico: a contribuição da comparação.	139
48. Diversa função histórica dos institutos.	141
49. Historicidade dos conceitos e uso das generalizações.	142
50. Dificuldade da individuação dos confins entre direito público e privado.	143
51. Do Direito Privado ao Direito Civil: o instituto jurídico na unidade do ordenamento.	147
52. Estudo do Direito a partir dos problemas.	149
53. Tendências em direito civil que têm correspondência ou efeitos em direito penal.	150
54. Problemas do Direito Penal sob a atenção dos civilistas.	157
55. Relações construtivas entre direito civil e direito penal.	162

Segunda parte — Unidade do ordenamento e pluralidade das fontes

Capítulo quinto

Complexidade e unidade do ordenamento jurídico vigente

56. Realidade social e ordenamento jurídico	170
57. Regras jurídicas e regras sociais.	170
58. O direito como estrutura.	171
59. O jurista e as escolhas legislativas.	173
60. A norma constitucional.	174
61. O projeto constitucional: as categorias do ser e do ter.	175
62. Acenos históricos sobre a codificação.	177
63. A codificação na Itália.	178
64. Consciência democrática e Constituição republicana.	181
65. A legislação especial e integrativa.	182
66. A chamada descodificação.	186

67. Dinamismo do ordenamento e pluralismo ideológico na Constituição.	189
68. Do Estado de Polícia ao Estado constitucional contemporâneo.	190
69. Ordenamento jurídico e complexidade: <i>ius e societas</i>	192
70. Tipos de complexidade do ordenamento jurídico.	194
71. Complexidade e dinamismo do ordenamento jurídico.	195
72. Complexidade, realidade factual e unidade do ordenamento.	199
73. Complexidade e articulação normativa.	202
74. Caráter axiológico, racionalidade e unidade do ordenamento: a centralidade da Constituição.	205
75. Crítica à concepção do ordenamento como estrutura polissistêmica ou conjunto de microsistemas.	209
76. Complexidade aberta às normativas de proveniência externa.	211
77. Integração do ordenamento interno e crítica ao dualismo dos ordenamentos.	212
78. Interpretação normativa em função aplicativa e controle de legitimidade não configuram sistemas normativos diversos.	216
79. Centralidade e supremacia das normas constitucionais.	217
80. Totalidade do ordenamento e unidade do processo hermenêutico.	219
81. Lacunas do ordenamento, não dos subsistemas: recurso aos princípios.	221
82. Equidade e ordenamento jurídico.	223

Capítulo sexto

Técnicas legislativas, princípio da legalidade e normas jurídicas

83. Técnicas legislativas e individuação da normativa.	231
84. Descodificação e <i>delegificazione</i> : a caminho de um novo «direito comum».	234
85. Técnica das cláusulas gerais e sua historicidade.	237
86. Técnica regulamentar.	240
87. Definições legislativas.	242
88. Técnicas legislativas e poder jurisdicional.	247
89. Princípio da divisão dos poderes.	249
90. Princípio da legalidade e sua diversa função histórico-política.	250
91. Justiça retributiva e justiça distributiva.	252
92. Princípio da legalidade, relativização do juízo e precedentes jurisprudenciais.	254
93. Disposição, artigo e norma.	256
94. Artigos de reenvio.	259
95. Normas preceptivas e proibitivas.	260
96. Normas permissivas.	261
97. Normas cogentes e derogáveis.	262
98. Normas dispositivas e supletivas.	265

99. Normas substanciais e procedimentais.	266
100. Normas gerais e particulares.	267
101. Normas especiais e excepcionais.	268
102. Fontes e técnicas legislativas para a harmonização do direito europeu.	271

Capítulo sétimo **O sistema ítalo-comunitário das fontes**

103. Hierarquia e competência no sistema das fontes	281
104. O ordenamento italiano e o respeito das obrigações internacionais pactuadas.	283
105. Relações entre normativa comunitária e leis internas.	286
106. Tutela dos valores fundamentais do ordenamento e instrumentos constitucionais de garantia.	290
107. O controle de constitucionalidade sobre a normativa comunitária primária e secundária.	294
108. «Poderes implícitos», princípio da subsidiariedade e repartição das competências.	300
109. Reconstrução do sistema ítalo-comunitário das fontes e releitura da teoria da interpretação.	301

Capítulo Oitavo **A autonomia na pluralidade e hierarquia das fontes e dos valores**

110. Pluralidade das fontes normativas: oportunidade de uma redefinição.	308
111. Hierarquia das fontes e sua harmonização.	322
112 Hierarquia dos valores.	324
113. Fontes supranacionais: os regulamentos e as diretivas comunitárias.	327
114. Da autonomia «privada» à autonomia «negocial».	334
115. Autonomia privada como dogma.	339
116. Ato de autonomia e ato de iniciativa.	343
117. Fundamentos diversificados da autonomia negocial no sistema ítalo-comunitário das fontes.	347
118. Autonomia contratual e direito comunitário.	350
119. Limites à autonomia negocial e juízo de valor do ato.	355
120. Hierarquia dos valores e merecimento de tutela do ato.	358
121. Tipicidade e atipicidade nos contratos: a) superação preliminar da bipartição entre contrato em geral e contratos em espécie.	363
122. Segue: b) distinção entre licitude e merecimento de tutela do ato... ..	368
123. Segue: c) crise da distinção entre contratos típicos e atípicos	373
124. Novos perfis do contrato	384
125. Autonomia negocial entre «liberdade» e «justiça contratual»	400
126. Autonomia contratual, proporcionalidade e razoabilidade.	403

127. Pluralidade das fontes normativas, integração do contrato e subsidiariedade.....	419
128. Autonomia «singular» e autonomia «coletiva».....	422
129. Autonomia negocial assistida.....	424
130. Autonomia das comunidades intermediárias.....	427
131. Interesse público e interesse privado: sua comparação e gradação no quadro dos valores constitucionais.....	429
132. Incidência do interesse público no perfil funcional dos atos não patrimoniais.....	432
133. Interesse público e estrutura do negócio.....	435
134. Incidência direta e indireta do interesse público sobre a causa do negócio.....	436
135. Conexão entre interesses públicos e objeto do negócio: a impossibilidade jurídica.....	439
136. Pluralismo dos ordenamentos e limites que derivam da ordem pública e do bom costume.....	441
137. A pretensa natureza excepcional das prescrições sobre formas legais.....	443
138. Do princípio da liberdade das formas.....	448
139. Variedade da forma e da estrutura do negócio.....	451
140. Unidade de forma e conteúdo: necessidade de um juízo de valor sobre as formas.....	452

Terceira parte — Interpretação sistemática e axiológica

Capítulo Nono

Pessoa e formações sociais. Os princípios da solidariedade e da igualdade

141. Personalismo e solidarismo constitucionais.....	459
142. Igual dignidade social.....	462
143. Pessoa e formações sociais.....	464
144. Pluralismo das formações sociais e problema de sua valoração.....	465
145. Princípio da democracia.....	468
146. Sobre a exclusão de um associado de uma associação não reconhecida.....	471
147. Princípio da igualdade formal e substancial.....	475
148. Interpretação unitária e sistemática do preceito da igualdade.....	477
149. Igualdade e paridade de tratamento.....	479
150. Pretensa antagonismo entre igualdade formal e substancial.....	482
151. Igualdade na Justiça social.....	484
152. Princípio da igualdade e institutos do Direito Civil.....	486
153. Perigos e limites da atividade «igualitária».....	488
154. Necessidade de uma reviravolta administrativa, legislativa e jurisprudencial.....	490
155. Igualdade e proporcionalidade nos ordenamentos privados.....	492

Capítulo décimo

Mercado, solidariedade e direitos humanos

156. Mercado e iniciativa econômica privada.....	500
157. Mercado como instrumento de enfraquecimento das relações sociais.....	503
158. Irredutibilidade da sociedade ao mercado: o papel da moral e do direito.....	505
159. Domínio do mercado e necessidade de uma <i>regulation</i> corretiva: distribuição, redistribuição e solidariedade social.....	510
160. Limites da análise econômica do direito.....	514
161. Centralidade das instituições e da justiça fiscal: a perspectiva do Constituinte italiano.....	516
162. Defesa do mercado, adequação e razoabilidade do controle e instrumentalidade das situações patrimoniais.....	519
163. Razões constitucionais do antitruste e pluralismo das atividades formativas e informativas.....	522
164. Constituição econômica e normativa comunitária.....	529
165. Harmonização entre economia e justiça, complementaridade da regulamentação e concorrência.....	532
166. Direitos humanos e mercado: a atualidade do personalismo e do solidarismo.....	536
167. Mercado e proteção do consumidor: do Tratado de Roma à União Européia.....	540
168. Pessoa, cidadão, consumidor.....	541
169. Os «direitos fundamentais» do consumidor.....	544
170. Interpretação da Constituição coordenada com o Tratado de Amsterdã.....	546
171. Categorias produtivas, associações de consumidores e âmbito de aplicação da Diretiva 93/13/CEE.....	553
172. Abertura da União Européia (UE) a finalidades não patrimoniais e valor hermenêutico do direito comunitário.....	555
173. Liberdade de circulação, princípio da efetividade e centralidade dos valores comuns.....	559
174. Papel promocional da União Européia (UE) e proteção reforçada do consumidor no Tratado de Amsterdã.....	561
175. Leitura integrada da Constituição e da normativa comunitária: a caminho de uma integração harmônica de valores.....	563
176. Oscilações da Corte de Justiça Européia na proteção do consumidor.....	564

Capítulo décimo primeiro

Direito Civil Constitucional

177. Relação entre norma constitucional e norma ordinária: a norma constitucional como limite.....	569
--	-----

178. Relevância interpretativa da norma constitucional.....	572
179. Fundamento constitucional da norma ordinária.	574
180. Relevância das normas constitucionais nas relações interindividuais.....	577
181. Interpretação da Corte Constitucional e do juiz ordinário.	581
182. Significativas orientações sobre a aplicação direta das normas constitucionais: <i>fattispecie</i> civilísticas.	582
183. Direito Civil Constitucional.	589
184. Unidade do sistema jurídico e centralismo constitucional.	592
185. Método de interpretação constitucional e necessária adequação dos parâmetros hermenêuticos.	594

Capítulo décimo segundo Interpretação das leis e suas regras

186. Relação interpretação-positividade e superação da «contaminação» entre ciência do direito e praxe.	599
187. Crises do «positivismo lingüístico»: dialética fato-norma e fundamento «extrapositivo» do direito.	602
188. «Pré-compreensão» e compreensão dos textos jurídicos.	606
189. A presumida centralidade da regra <i>in claris non fit interpretatio</i> : a reconstrução histórica do art. 12 das disposições preliminares do Código Civil.	609
190. Ambigüidade da regra <i>in claris non fit interpretatio</i>	614
191. A clareza do texto como um <i>posterius</i> e não como um <i>prius</i>	615
192. A interpretação sistemática e axiológica como superação da interpretação literal.....	617
193. Caráter problemático dos significados das palavras e das proposições lingüísticas.	621
194. O papel do art. 12 das disposições preliminares do Código Civil na legalidade constitucional e superação da interpretação por graus.....	622
195. Releitura do art. 14 das disposições preliminares do Código Civil.	624
196. Exclusão da relevância constitucional das regras relativas à interpretação.	624
197. Superação da exegese como busca do significado literal.	626
198. Relevância hermenêutica da normativa comunitária.	630

Capítulo décimo terceiro Fato juridicamente relevante e sua qualificação

199. Fato jurídico como concretização da norma.	635
200. Situações ditas de fato.	637
201. Juridicidade do fato.	638
202. Unidade do fato e pluralidade de qualificações.	640
203. Estrutura e função do fato jurídico.....	642

204. Fato instantâneo, continuado e periódico.....	644
205. Valoração da distinção <i>a posteriori</i>	645
206. Fato positivo e fato negativo.....	646
207. Fato simples, fato complexo e procedimento.....	647
208. Fato lícito, ilícito e juízo de valor (<i>meritevolezza</i>) do ato.....	649
209. Interpretação e qualificação do fato.....	650
210. Relativização do procedimento hermenêutico.....	653
211. Integração da eficácia.....	655
212. Individuação da normativa aplicável ao caso concreto e superação da técnica da subsunção.....	657
213. Mínima unidade de efeitos e procedimento de qualificação.....	658
214. Efeitos instantâneos e diferidos.....	661
215. Efeitos diretos e reflexos.....	663

Quarta parte — Situações subjetivas e relação jurídica

Capítulo décimo quarto

Situações jurídicas subjetivas e as suas titularidades

216. Fato, efeito e situações subjetivas.....	667
217. Análise de cada perfil das situações subjetivas.....	669
218. Situações e relação: premissa de método e reenvio.....	672
219. O direito subjetivo no discurso dos juristas.....	674
220. Crise do direito subjetivo, situação complexa e proteção dos interesses legítimos.....	676
221. Os chamados limites ao direito subjetivo.....	680
222. Abuso do direito e excesso de poder.....	683
223. Direito potestativo e sujeição.....	685
224. Relevância jurídica da expectativa.....	690
225. Obrigação, dever específico (<i>obbligò</i>) e dever.....	695
226. Ônus: o chamado <i>obbligò</i> potestativo.....	698
227. Poder jurídico (<i>potestà</i>) como direito-dever.....	699
228. Interesse legítimo no direito civil.....	701
229. O <i>status</i> na doutrina italiana.....	703
230. <i>Status personae</i>	706
231. <i>Status civitatis</i>	708
232. <i>Status familiae</i> e <i>status</i> pessoais civis.....	709
233. <i>Status</i> profissionais.....	711
234. Estados pessoais patológicos.....	712
235. Subjetividade jurídica.....	713
236. Formas de titularidade: titularidade atual e potencial.....	715
237. <i>Segue</i> . Titularidade ocasional e orgânica ou institucional.....	717
238. <i>Segue</i> . Titularidade formal e substancial, temporária e não temporária.....	719

239. Existência da situação e inexistência ou indeterminação do sujeito titular.....	721
240. Co-titularidade.	722
241. Existência, titularidade e exercício das situações subjetivas.	724

Capítulo décimo quinto
Relações jurídicas e suas vicissitudes

242. Relação jurídica e ordenamento.....	727
243. Relação jurídica como ligação entre sujeito e coisa ou entre normas jurídicas.	729
244. Relação jurídica como ligação entre sujeitos: a chamada relação unissubjetiva.....	731
245. A estrutura da relação jurídica é a ligação entre situações subjetivas.	734
246. A função da relação jurídica é o regulamento, o ordenamento do caso concreto.....	736
247. Título e fonte da relação jurídica.....	737
248. Coligação direta entre relações jurídicas.....	741
249. Coligação indireta entre relações jurídicas.....	743
250. Vicissitudes constitutivas da relação jurídica.....	747
251. Vicissitudes modificativas.....	754
252. Vicissitudes extintivas	756

Capítulo décimo sexto
Situações subjetivas existenciais

253. Situações subjetivas existenciais e patrimoniais. Crítica aos chamados direitos da personalidade.	760
254. A realização da personalidade entre responsabilidade civil e prevenção	766
255. Tutela da pessoa como princípio geral de ordem pública constitucional.....	768
256. Coercibilidade das situações existenciais.....	770
257. Os chamados direitos da personalidade e pessoas jurídicas.....	772
258. Direito à saúde.....	773
259. Tutela da integridade psicofísica.....	776
260. Legitimidade do tratamento sanitário.....	777
261. Heterogeneidade e gradação da insuficiência mental.....	779
262. Justificação constitucional dos institutos de proteção.....	780
263. Gravidade da enfermidade «mental» e diferentes estatutos de proteção.....	783
264. Idoso auto-suficiente e inábil: flexibilidade dos instrumentos de tutela.....	785
265. Idade avançada, igualdade, solidariedade e estado social.....	788

266. Instrumentos individuais e coletivos de tutela da saúde.	793
267. Direito à qualidade da vida e do meio ambiente.	798
268. Novas exigências de tutela do meio ambiente e da saúde: o princípio de precaução.	801
269. Dano à pessoa.	805
270. Atos de disposição do próprio corpo.	811
271. Mudança de sexo.	815
272. Inseminação artificial e manipulação genética.	821
273. Situações individuais e familiares.	830
274. Nome e sobrenome entre exigências do Registro Civil e tutela da personalidade.	832
275. Direito ao sepulcro familiar.	836
276. Direito moral do autor.	846
277. Privacidade nas relações familiares.	849
278. Tutela da imagem, solidariedade familiar e direitos do indivíduo ..	850
279. Tutela da correspondência pessoal e confidencial.	853
280. Liberdade de imprensa como função e exercício de um direito individual.	855
281. Direito à retificação.	857
282. Direito ao acesso aos meios públicos e privados de informação.	861
283. Direito à correta informação.	863
284. Administração pública e tutela da privacidade.	867
285. Direito à educação e sua função promocional: relação entre República, instituições e pessoa.	877
286. Liberdade de ensino e liberdade de manifestação do pensamento	880
287. Normativa escolar e igualdade de garantias: prioridade do projeto educativo pessoal e familiar.	883
288. Escola particular equiparata (<i>paritaria</i>) ou pública: pluralismo efetivo.	886
289. Do chamado direito à moradia.	888

Capítulo décimo sétimo

Situações subjetivas patrimoniais

290. O direito comum das situações patrimoniais.	892
291. Situações absolutas e relativas.	893
292. Situações reais e de crédito.	895
293. Situações que têm como referência as <i>res</i>	899
294. Crise da obrigação como categoria a-histórica.	901
295. Perspectiva dinâmica e funcional das obrigações.	902
296. Potencialidades expansivas do modelo creditício e do modelo proprietário: as modernas formas de pertinência [<i>appartenenza</i>].	904
297. Tipicidade e atipicidade dos deveres morais e sociais.	913

298. Obrigações naturais e aplicabilidade da normativa relativa à moral social.....	917
299. Situações naturais creditórias e de débito e suas vicissitudes.	919
300. Coligação entre situações reais.	922
301. Reconhecimento e garantia da propriedade privada.....	924
302. Objeto, sujeitos e estatuto proprietário.....	925
303. Propriedade e empresa.	927
304. Propriedade como situação subjetiva e como relação.....	929
305. Poderes de fruição, de uso e de disposição.....	930
306. Teoria dos limites.	933
307. Poder de controle.	936
308. Função social da propriedade e utilidade social da empresa no sistema ítalo-comunitário.....	937
309. Conformação e ablação (<i>ablazione</i>) dos “estatutos proprietários”: o controle de legitimidade.	944
310. Merecimento de tutela (<i>meritevolezza</i>) dos estatutos privados e reserva de lei.	949
311. Conteúdo mínimo das propriedades.	952
312. Limites e servidão.	953
313. Atos emulativos.	954
314. A informação como bem jurídico.	958
315. Bens exclusivos e bens de fruição múltipla.	960
316. Bens corpóreos e incorpóreos, informação como obra de engenho e informação-notícia.....	962
317. A informação como ponto de referência de atos e atividades.	965
318. Desmaterialização das atividades humanas.....	969

Capítulo décimo oitavo

Aspectos das relações familiares e pessoais e patrimoniais

319. A família como formação social.....	971
320. Relações familiares, <i>status personae</i> e controle.	979
321. «Unidade da família».	982
322. Família e relação jurídica.	985
323. A família não fundada no casamento.	986
324. A família não fundada no casamento como valor concretizador dos princípios constitucionais.	997
325. Poder familiar (<i>potestà dei genitori</i>) e liberdade dos menores.	998
326. Papel da Justiça da Infância e da Juventude (<i>giudice minorile</i>). ...	1005
327. Acenos ao instituto da adoção.	1008
328. Guarda do menor.....	1011
329. Pressupostos da separação judicial e atribuição da responsabilidade (<i>addebitabilità</i>).	1015
330. Divórcio e princípio da conservação da família.	1018

331. Função autônoma da separação.	1020
332. Direção da sociedade conjugal: regra do acordo.	1022
333. Regime primário das relações patrimoniais familiares.	1025
334. Aspectos da comunhão legal.	1028
335. Normas inderrogáveis e comunhão convencional.	1031
336. Fundo patrimonial como patrimônio no interesse familiar.	1033
337. Obrigações no interesse da família.	1038
Índice dos Autores	1041
Índice das principais fontes normativas citadas no texto.	1061
Índice Alfabético-remissivo	1075